

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E INTENSIFICAÇÃO DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO: UMA EVOLUÇÃO DA CONCEPÇÃO DO TRABALHADOR COLETIVO EM MARX<sup>1</sup>

Elivan Rosas Ribeiro<sup>2</sup>  
Márcio Miceli<sup>3</sup>

**Resumo:** o artigo se propõe a discutir a evolução da concepção do *trabalhador coletivo*, conceito inicialmente formulado por Marx, para descrever a criação de uma força coletiva responsável pela geração de um valor extra apropriado pelo capitalista em um ambiente de cooperação, manufatura e maquinaria. Nestas duas últimas fases, o produto não mais se constitui como resultado imediato do esforço de um único indivíduo, tornando-se produto social. No estudo buscou-se também identificar as transformações provocadas no *trabalhador coletivo* com o surgimento do *fordismo* e o seu quase que completo desmoronamento diante da crise da convertibilidade do dólar, do primeiro choque do petróleo e do fenômeno da estaginflação, eventos ocorridos nos primeiros anos da década de 1970, que demandaram do sistema capitalista uma nova forma de organização da produção calcada em uma menor rigidez, fortemente assistida pelas novas técnicas desenvolvidas pela revolução da informação, as quais se mostraram imprescindíveis ao surgimento e desenvolvimento do regime de *acumulação flexível*, que trouxe consigo uma série de alterações no *trabalhador coletivo*, fomentando o surgimento de novos paradigmas responsáveis pela transformação das relações econômicas, sociais e culturais no capitalismo mundial.

**Palavras-Chaves:** Trabalhador Coletivo; Divisão do Trabalho; Reestruturação Produtiva;

**Abstract:** the article proposes to discuss the evolution of conception of collective worker, concept initially proposed of Marx, for describe the creation of the force collective responsible for the generation of the value extra appropriate for the capitalist in an ambient of cooperation, manufacture and machinery. In the two last phases, the product not more contribute as immediate result of the effort of the one person, beginning a social product. The article propose too identify the transformations provoked in the collective worker with the appear of fordism and his nearly complete collapse up against of crisis convertibility of dollar, of first oil's crash and the phenomenon of stagnation, events happened in the firsts years to decade of 1970, for demanded to capitalist system one new form of organization for the production stand in smallest rigid, assisted for the news techniques developed for the information's revolution, witch to showed indispensable for the appeared and development to regime for the flexible accumulation, to give him a series of alteration on the collective worker, promoted the appeared of new setting responsible for the transformation of the relations economical, social and cultural in the world capitalism.

**Key-Words:** Collective Worker, Work Division, Restructure Productive

---

<sup>1</sup>. Recebido em 06/10/2007. Liberado para publicação em 15/01/2009.

<sup>2</sup>: Professora Adjunta do Departamento de Economia DA UFPB. E-mail: elivanribeiro@hotmail.com.

<sup>3</sup> Professor da Faculdade do Vale do Ipojuca - FAVIP. E-mail: marciomiceli@hotmail.com.

## 1. Introdução

O modo de organização da produção era para Marx (2004) uma rica e importante fonte de informação acerca das características fundamentais de uma determinada civilização, pois revelava a forma como as pessoas interagiam umas com as outras, no que diz respeito à divisão das tarefas e de suas responsabilidades perante a comunidade da qual faziam parte.

A transição de um modo de produção para outro, como por exemplo, do feudalismo para o capitalismo (ANDERSON, 1976), ocorrida após uma violenta pressão das forças produtivas sobre a superestrutura, desencadeando o rompimento desta e a sua conseqüente reestruturação, fez com que surgissem profundas alterações na forma de organização da sociedade, substituindo algumas velhas formas por outras novas.

Dentro deste contexto, a reunião de um grande número de trabalhadores seja em um mesmo local ou campo de atividade, com o intuito de produzir uma mesma espécie de mercadoria mediante a condução e a orientação de um mesmo capitalista, revelou-se como o ponto de partida do modo de produção capitalista (MARX, 2004).

O trabalho mesmo não sofrendo qualquer tipo de alteração na forma em que se realizava, poderia mediante o emprego simultâneo de grande número de trabalhadores promover uma substancial revolução nas condições materiais do processo de trabalho, potencializando-o e tornando-o capaz de gerar um resultado mais eficiente que o observado quando os trabalhadores agiam individualmente.

A este fenômeno, Marx (2004) atribuiu a existência de uma força coletiva que acabava por reunir e fazer convergir toda a energia de uma gama de trabalhadores parciais para um único trabalhador, o qual simbolizava o resultado de todo um esforço conjunto, materializado na figura do *trabalhador coletivo*.

A existência do *trabalhador coletivo* proporcionava ao capitalista a obtenção de um valor adicional, maior que o resultado do trabalho conseguido se cada trabalhador estivesse realizando-o de forma individual e desconexa, já que o agrupamento de muitas forças em uma comum, cristalizada através da realização de um contrato social, provocava maior estímulo e animação entre os participantes, elevando a capacidade de realização de cada um deles.

Todavia, ao mesmo tempo em que os trabalhadores se organizavam e proporcionavam maiores ganhos ao capitalista, sob a forma de *trabalhador coletivo*, organizavam-se e começavam a defender os seus interesses

conjuntamente, fazendo nascer dentro do movimento operário um sentido de classe.

Diante de uma maior consciência do trabalhador fazia-se necessário uma direção que viesse a intermediar as relações entre capitalistas e operários, objetivando preencher as funções de gestão de pessoas e da produção, dado que naquele momento o capital assistia o trabalho a ele subordinado se tornar cooperativo (MARX, 2004).

A evolução do capitalismo e o desenvolvimento de novas tecnologias fizeram com que surgisse uma nova forma de organização da produção, conhecida como *fordismo*, que estava alicerçada em um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias e hábitos de consumo e tinha por finalidade produzir em grande escala. O sucesso desta nova manifestação demandava uma transformação substancial na sociedade, tornando-se necessário o surgimento de um novo homem provido de novos valores (HARVEY, 1992).

O apogeu do *fordismo* verificado no período do pós-guerra, promove alterações no processo de trabalho dos operários que ao se encontrarem fixos em seus postos passam a funcionar quase como um componente da máquina (HARVEY, 1992).

A consolidação desta nova forma de organização da produção se realiza durante os anos de 1944 a 1969 em um período que o capitalismo na sua forma que se acreditava post-ciclica passa a desfrutar de vinte e cinco anos de desenvolvimento econômico pacífico, com taxas médias de crescimento do Produto Interno Bruto de 5% ao ano, tendo alcançado níveis de bem-estar e transformações jamais observados na experiência humana (RIBEIRO, 2002).

Envolto nesta nova realidade verifica-se um conjunto de conquistas obtidas pela classe trabalhadora de ordem política e social, fazendo com que os contratos de trabalho passassem a ser assinados de forma coletiva, devido a uma maior atuação da força sindical.

Durante este período, tido como glorioso do capitalismo, foi consolidada a hegemonia da Teoria Keynesiana, a qual perdurou até o começo da década de 1970, quando uma nova crise teve início, sendo agravada pela denúncia da convertibilidade do dólar, em 1971, pela crise do petróleo em 1973 e por um novo fenômeno, o qual seria teoricamente inconcebível, revelado pelo surgimento da estagflação.

Inerte, neste ambiente onde a crise mostrava-se cada vez mais iminente, observa-se a adoção de um conjunto de políticas por parte dos governos das grandes economias mundiais de repúdio aos ideais keynesianos,

fomentando a criação de um novo paradigma caracterizado por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e rápidas mudanças práticas de consumo (HARVEY, 1992).

Durante a década de 1980 ocorre um grande salto tecnológico oriundo da revolução da informação que projetou ao mundo o desenvolvimento e a possibilidade de utilização da automação, da robótica e da microeletrônica, fazendo com que essas novas formas viessem a invadir o mundo fabril, promovendo, conseqüentemente, profundas alterações nas relações de trabalho e de produção do capital (ANTUNES, 2005a).

O artigo se propõe a analisar a transformação na concepção do *trabalhador coletivo* proposto originalmente por Karl Marx em um contexto de florescimento e desenvolvimento de processos de reestruturação produtiva como o Fordismo e a Acumulação Flexível gerados no seio do capitalismo contemporâneo.

## 2. O trabalhador coletivo em Marx

A explicação de que o trabalho por ser um processo não poderia ser vendido pelo trabalhador nem tão pouco adquirido pelo capitalista, serviu de base para a resolução de um antigo problema vivenciado pela economia política, o qual residia em saber como o valor da mercadoria era gerado.

Utilizando-se do método dialético, a que chamou de materialismo histórico, Marx (2004) descobriu que o valor da mercadoria era gerado pelo trabalho excedente produzido pelo trabalhador, gratuitamente apropriado pelo capitalista sob a forma de mais-valia.

Mais do que promover a exploração da força de trabalho, o capital ainda se beneficiava de um ganho extra proporcionado pelo que Marx (2004) designou de *trabalhador coletivo*, o qual representava a reunião de muitas forças individuais em uma única e comum a todos os trabalhadores, a qual se encontrava sob a égide do capital na quase totalidade dos trabalhos produtivos. Esta nova forma de organização conquistada a partir da divisão do trabalho acabava por elevar a sua produtividade, dado que a mera convivência entre os participantes acabava por animá-los e incentivar a produzir com mais vigor <sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Para Marx (2004, p.378), o poder de ataque de um esquadrão de cavalaria ou o poder de resistência de um esquadrão de infantaria diferem essencialmente da soma das forças individuais de cada cavalariño ou de cada infante.

O aparecimento de uma nova força oriunda de um esforço coletivo tornava-se possível sem que fosse alterado o método de trabalho, o qual estava calcado em um ambiente de cooperação<sup>5</sup>. Alteravam-se apenas as condições materiais em que o processo de trabalho atuava seja pela expansão da infra-estrutura, mediante a ampliação das instalações físicas, seja pela aquisição de uma quantidade maior de instrumentos de trabalho.

Desta forma, se um processo de trabalho mostrava-se com um grau de dificuldade elevado, a simples existência de um número de indivíduos que se mostrassem dispostos a cooperar tornava possível a repartição das diferentes operações de forma simultânea, com o intuito de reduzir o tempo necessário a realização da tarefa proposta (MARX, 2004).

Segundo Marx (2004, p. 380) era justamente o trabalho em equipe o grande responsável pela geração desta nova força potencializada e expressa pelo *trabalhador coletivo*:

*Se pedreiros, por exemplo, formam uma fila para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz a mesma coisa, mas seus atos individuais constituem parte integrante de uma operação conjunta, fases especiais que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e os 24 braços do trabalhador coletivo supondo-se que sejam 12 os trabalhadores, transportam-no mais rapidamente do que os mesmo 12 trabalhadores, se cada um, isoladamente, com seus dois braços, subisse e descesse o andaime.*

A diminuição do tempo de trabalho exigido à realização de uma atividade proposta seria conseguido graças à presença de um grande número de trabalhadores atuando em conjunto e de forma coordenada, potencializando uma força coletiva que acaba por se tornar responsável pelo desenvolvimento de um trabalho mais eficaz, capaz de promover uma redução nos custos e consequentemente uma elevação nos lucros do proprietário dos meios de produção.

Marx (2004, p.382) elenca as vantagens do trabalho conjunto:

*A jornada coletiva tem essa maior produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala de produção; ou por mobilizar muito trabalho no momento*

---

<sup>5</sup> Segundo Marx (2004), entende-se por cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos. Na cooperação o trabalhador não possui uma visão limitada do trabalho que desempenha.

*crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animais; ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio.*

O *trabalhador coletivo*, com suas muitas mãos armadas com ferramentas, a um só tempo, estende o arame, estica-o, corta-o, aguça-o etc. De sucessivas no tempo, as diversas operações parciais se transformam em justapostas no espaço. Daí o fornecimento de maior quantidade de mercadorias acabadas no mesmo espaço de tempo. Essa simultaneidade decorre, na verdade, da forma cooperativa geral do processo global; a manufatura, entretanto, não se limita a aproveitar as condições para cooperação (MARX, 2004, p.399).

Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção era o melhor aproveitamento da força de trabalho, o *trabalhador coletivo* representava a junção de vários trabalhadores parciais que executavam diferentes operações sucessivas, as quais se entrelaçavam no conjunto de seu processo de trabalho, demandando de cada trabalhador exigências distintas. Cérebro e mãos se separam, tornando-se hostilmente contrários. Alguns precisavam dispor de muita força, outros de maior destreza. Há alguns seria exigido um enorme poder de concentração, enquanto que outros trabalhos demandavam muita criatividade. Chegava-se assim a um consenso de que um único trabalhador dificilmente gozaria de todas essas qualidades. Chegava o momento de dividir e alocar racionalmente os trabalhadores de acordo com as suas habilidades mais visíveis e facilmente identificadas (MARX, 2004).

Enquanto o processo de trabalho é meramente individual, um único trabalhador exerce todas as funções a ele designadas que mais tarde se dissociam. Quando o trabalhador encontra-se na cooperação o cérebro e as mãos trabalham em conjunto sendo responsáveis pela criação e execução, mas quando o trabalhador se insere na manufatura não mais possui uma visão completa da mercadoria que produz (MARX, 2004).

Na visão de Marx (2004) a revolução industrial inaugura um novo período do capitalismo pela possibilidade de substituição do trabalhador que maneja uma única ferramenta dada a sua limitação física, pela máquina que opera ao mesmo tempo com certo número de ferramentas idênticas ou

semelhantes no processo produtivo, promovendo uma significativa alteração na *composição orgânica do capital* nas economias capitalistas avançadas<sup>6</sup>.

No seio do sistema capitalista encontram-se os trabalhadores produtivos, os quais recebem essa nomenclatura por produzirem mais-valia e atuarem diretamente do processo de reprodução e expansão do capital a partir de uma simbiose existente entre o trabalho vivo e o trabalho morto, entre trabalho humano e maquinário (ANTUNES, 2005b).

Diante deste novo paradigma de produção a máquina eleva ainda mais a potência das atividades realizadas pelo *trabalhador coletivo*, representando a hipertrofia dos seus músculos e uma maior agilidade e precisão no movimento de seus braços. Durante este período identificam-se grandes transformações nas relações de produção, dada uma supervalorização dos fatores subjetivos da produção.

Diante de um cenário de maior complexidade, tornava-se cada vez mais imprescindível a contratação de pessoas que viessem a gerir não só a produção como também a parte de gestão de pessoal e ainda amortecer o conflito existente entre empregadores e empregados, dado que a reunião de uma gama de trabalhadores ao mesmo tempo em que rendia ao capitalista um ganho excedente, fazia nascer de forma embrionária o despertar de uma nova consciência que iluminava os trabalhadores, proporcionando-lhes uma maior percepção que estavam sendo explorados<sup>7</sup>.

Em um ambiente onde um grande número de trabalhadores encontrava-se reunido e uma grande quantidade de meios de produção se mostravam disponíveis à utilização, era demandada com maior ou menor intensidade, uma direção que planejasse e organizasse as atividades individuais preenchendo as funções gerais referentes ao movimento conjunto de um organismo produtivo, os quais se mostravam muito mais complexos e desafiadores do ponto de vista administrativo em relação ao movimento de seus órgãos isoladamente (MARX, 2004).

Conforme os negócios do capitalista crescem este se liberta do trabalho manual assumindo a função de coordenação. Quando seu empreendimento alcança uma dimensão ainda maior, o proprietário dos meios de produção se ausenta da supervisão direta da produção, entregando-a a um

---

<sup>6</sup> A composição orgânica do capital foi uma categoria criada por Marx para expressar a relação existente entre o capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho) em uma economia em dado período.

<sup>7</sup> Dentro deste cenário que estava sendo moldado Marx (2004) visualizava que como forma de defender os interesses do capital tornava-se fundamental a presença do capitalista e de sua equipe gestora no campo da produção da mesma forma que era imprescindível e necessário a presença e o comando de um general no campo de batalha.

novo tipo de trabalhador assalariado. Do mesmo modo que um exército conquista a sua disciplina através da implantação de uma hierarquia de comando, esta grande reunião de trabalhadores a serviço do capital demanda a existência de oficiais superiores como diretores e gerentes, bem como a de suboficiais como contramestres, inspetores, feitores e capatazes que durante o processo de trabalho comandam em prol da máxima reprodução do capital (MARX, 2004).

Esses trabalhadores designados pelo capitalista para atuar na retaguarda do processo de produção, desempenhando a função de comandar e oprimir se enquadra na categoria dos trabalhadores improdutivos por não gerarem diretamente mais-valia. Todavia, encarnavam como nenhum outro grupo a imagem e semelhança do capital. Ao assumirem esta postura, não atentam que são trabalhadores e, por venderem a sua força de trabalho e receberem uma remuneração não compatível com o que geram de valor ao capitalista, acabam por ser explorados da mesma forma, rendendo mais-valia ao proprietário dos negócios.

### **3. O trabalhador coletivo no contexto fordista**

O *fordismo* deve ser compreendido não apenas como uma transformação no modo de organização da produção. Na verdade, esta nova maneira de pensar na melhor opção de produzir representou uma profunda revolução nos valores e na forma de organização da sociedade, fazendo emergir um novo conjunto de práticas econômicas, técnicas, gerenciais, políticas e sociais que combinadas formaram uma estratégia específica do capital reproduzir-se em escala ampliada, demandando a construção de um novo homem, muito mais propenso a consumir mercadorias e dotado de um espírito materialista (BAUDRILLARD, 2005).

Segundo Harvey (1992) o sucesso do modelo *fordista* estaria condicionado à implantação de um sistema que fosse capaz de absorver tudo o que havia sido produzido, ou seja, a produção em massa dependeria de uma elevada taxa de consumo que só se tornaria possível a partir da criação de um novo sistema de reprodução, controle e gerência da força de trabalho em um ambiente que realçasse um novo tipo de sociedade democrática moderna.

Na esfera produtiva reverenciava-se a produção em massa de bens duráveis com características homogêneas, confeccionados mediante critérios de uniformidade e padronização. A ampliação das fábricas e a necessidade de produção em larga escala gerava uma grande quantidade de produtos acabados em estoque quando estes não eram escoados em tempo hábil, demandando dos dirigentes das grandes empresas a realização de inúmeros

inventários como forma de acompanhar, planejar e garantir o bom andamento dos negócios (HARVEY, 1992).

Dentro destes estoques muitas vezes misturavam-se produtos considerados aptos à comercialização com produtos que haviam sido considerados inaptos. Os testes de controle de qualidade eram realizados após o produto assumir a sua forma final, fazendo com que essa detecção tardia viesse a representar uma elevação dos custos de produção e uma conseqüente redução nos lucros do capitalista.

Nas instalações produtivas as alterações impostas pelo modelo *fordista* de produção idealizadas por Henry Ford<sup>8</sup>, apresentavam algumas características semelhantes às contempladas no modelo *taylorista* como o estabelecimento da divisão do trabalho, acrescidas de novidades como a racionalização de velhas tecnologias e a implantação de uma esteira rolante ao processo produtivo, que evitava o deslocamento dos trabalhadores, mantendo um fluxo contínuo e progressivo das peças e partes, permitindo a redução dos tempos mortos. O trabalho nestas circunstâncias torna-se repetitivo, parcelado e monótono, sendo sua velocidade e ritmo estabelecidos independentemente do trabalhador, o qual o executa dentro de um contexto de forte exigência e disciplina (LARANGEIRA, 1997).

O *fordismo* trazia em seu bojo uma alteração na execução das atividades de cada um dos trabalhadores ligados diretamente à produção. Cada operário individualmente passava a se dedicar excessivamente a uma série de movimentos repetitivos como ilustrado no filme *Tempos Modernos*, protagonizado por *Charles Chaplin*, que em sintonia à obediência de uma organização pautada na divisão do trabalho, acabava sendo responsável pela produção ainda maior de uma força comum expressa na ação do *trabalhador coletivo*.

Dentro do espaço produtivo o saber intelectual da força de trabalho era desprezado pelo capitalista, o qual mantinha seus negócios enquadrados às normas e práticas do *fordismo*, semelhantes às do *taylorismo*. O acúmulo de conhecimento, de informações e uma visão de mundo mais apurada não era considerada pré-requisito ao bom desenvolvimento das funções propostas ao trabalhador (ANTUNES, 2005b).

Segundo Botelho (2000, p.14):

---

<sup>8</sup> A implantação do fordismo se deu em 1914, quando Henry Ford introduziu a jornada de oito horas trabalhadas e uma remuneração diária de cinco dólares para os trabalhadores alocados na linha de montagem de carros por ele idealizada em 1913 no Estado de Michigan.

*O fordismo estaria irremediavelmente ligado ao desenvolvimento das forças produtivas visando a máxima potencialização da produção em massa. No sistema fordista a potencialidade produtiva do trabalho parcelado é levada ao limite, com a solução encontrada por Ford para o problema do abastecimento dos homens para realização do trabalho parcelado: a esteira. Dessa forma, o “trabalho” (as peças ou componentes necessários a produção) era levado ao operário e este não mais necessitava se deslocar pela fábrica para buscar peças ou matérias-primas utilizadas durante o processo de trabalho.*

Mantendo um sentido de continuidade das práticas propostas por Taylor, o *fordismo* preservou a noção de separação de quatro elementos: gerência, concepção, controle e execução, os quais se encontrariam distribuídos respeitando uma hierarquia pré-estabelecida, sendo esta, a grande responsável pelo desenvolvimento e sucesso do processo produtivo. Estes elementos aglutinados acabam por constituir a cabeça, o corpo e membro do *trabalhador coletivo*.

Torna-se quase que um consenso entre os teóricos que a ascensão e difusão do *fordismo* pelo mundo ocorrem no período após a segunda guerra mundial, durante os anos que o sistema capitalista desfrutou de elevadas taxas de crescimento e assistiu o desenvolvimento econômico ser em grande medida promovido por um estado forte e atuante.

No plano político a derrota dos movimentos operários radicais abria espaço para a implantação do novo modelo idealizado por Ford diante da possibilidade de promoção do controle do trabalho (HARVEY, 1992). Todavia, a rotina com que os trabalhadores se deparavam quotidianamente os incomodava, trazendo muitas vezes descontentamento e reclamação.

Dentro deste ambiente observou-se uma grande intervenção por parte do estado na resolução deste conflito ao convencer algumas organizações sindicais menos radicais estimulando-as a aceitar reajustes nos salários reais dos trabalhadores em detrimento da cooperação e da adoção do trabalho disciplinado por parte da força de trabalho, conforme exigia o *fordismo* (GORZ, 1987).

Um elemento imprescindível ao sucesso deste novo sistema que objetivava promover uma reestruturação profunda e não apenas cosmética na organização da produção perpassava pela obediência e alienação da força de trabalho em prol da reprodução do capital.

O *fordismo* encontrava-se estruturado em uma organização vertical do trabalho na qual era exigido que o trabalhador se especializasse em uma única tarefa realizando-a com a maior maestria possível. A aptidão para

desempenhar determinada função apresentava-se fundamental dado o pouco treinamento oferecido pela empresa. A falta de uma política de treinamento tornava-os muito vulneráveis a erros e conseqüentemente a demissões, fazendo com que fosse observada uma elevada rotatividade da força de trabalho dentro das fábricas (HARVEY, 1992).

O sistema capitalista assistiu o intenso desenvolvimento das práticas *fordistas* até o começo da década de 1970, onde ocorreram profundas transformações no cenário econômico internacional, que vieram a comprometer a vitalidade desta nova forma de organização da produção.

No começo dos anos de 1971, as autoridades monetárias norte-americanas anunciavam que as rentabilidades monetária e financeira estavam muito mudadas: o dólar não teria mais a sua conversão automática em ouro. O crescimento do mercado financeiro paralelo desafiava a regulamentação nacional do comércio de ações, de títulos públicos e divisas, bem como da riqueza intangível e líquida do capitalismo de papel (MORAES, 2001).

O motivo para a desaceleração da economia mundial estava calcado no surgimento de um processo inflacionário, o qual trazia consigo altas taxas de desemprego, indo de encontro à formulação teórica inicial da curva de Phillips, na qual a relação entre estas duas variáveis se mostrava inversamente proporcional.

A explicação para o processo de estagflação estava fundamentada na elevação do preço do petróleo a patamares jamais vistos no mercado internacional. Durante o período de 1973 a 1978, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, duplicou o preço deste bem tão essencial ao desenvolvimento de um enorme leque de atividades econômicas, promovendo além do impacto direto na produção, um impacto indireto no setor de transportes, culminando com a elevação dos preços finais das mercadorias e conseqüentemente contribuindo para pressionar a inflação (FUSFELD, 2001).

O choque do petróleo promoveu o deslocamento da renda dos países importadores de petróleo para os países exportadores, especialmente os do Oriente Médio. A elevação no fluxo de renda remetida ao exterior como forma de pagamento das importações do petróleo, promoveu uma redução do dinamismo da economia dos países importadores desta matéria-prima, devido à elevação dos custos de produção e a redução do poder aquisitivo das famílias (FUSFELD, 2001).

Dentro deste novo contexto internacional o núcleo essencial do regime *fordista* desmorona. Interrompia-se, assim, a fase de pleno domínio desta forma de organização da produção extremamente dependente das ações do Estado e muito vulnerável às oscilações da demanda efetiva.

Na superfície destas dificuldades apresentavam-se problemas relacionados com a rigidez nos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam muita flexibilidade de planejamento e presumiam crescimento estável em mercados de consumo invariantes. Havia problemas de rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). E toda tentativa de superar estes problemas de rigidez encontrava a força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora (HARVEY, 1992, p.135).

Tornava-se cada vez mais evidente a incapacidade deste regime em conter as contradições inerentes ao sistema capitalista, demandando uma nova forma de organização da produção que fosse capaz de se adaptar aos novos paradigmas que se encontrava em voga, transformando o cenário de ilustração *fordista*.

Um dos grandes desafios do capital residia na necessidade de reduzir a sua grande capacidade ociosa e inaugurar um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, objetivando minar o poder sindical, fortalecendo a esfera empresarial e, promover mudanças tecnológicas, alcançar novas linhas de produto e nichos de mercado, bem como efetuar a dispersão geográfica para zonas de controle do trabalho mais fácil e custos de mão-de-obra mais baratos. (HARVEY, 1992).

Na mesma década em que fora decretado o fim da hegemonia do *fordismo*, verificou-se o nascimento da revolução da informação que mais tarde se mostraria fundamental ao desenvolvimento do regime de *acumulação flexível*.

#### **4. A revolução da informação**

Segundo Castells (2002) a revolução da informação revelou-se como um evento histórico da mesma magnitude e relevância da revolução industrial, promovendo e inaugurando um padrão de descontinuidade nas esferas econômicas, sociais e culturais.

A tecnologia da informação consolidava-se dentro de um contexto de revolução como algo de grande representatividade e impacto, parecido ao que as novas fontes de energia simbolizaram para a revolução industrial, a qual presenciou a substituição do motor a vapor pela eletricidade e posteriormente a utilização de combustíveis fósseis e até mesmo de energia nuclear (HOBBSAWM, 1995).

Um processo que nascia em pouco tempo e expandia-se de forma exponencial dada a sua extrema capacidade de criar uma interface entre

campos tecnológicos a partir da criação de uma linguagem digital comum, responsável pela geração, armazenamento, recuperação, processamento e transmissão (CASTELLS, 2002).

Castells (2002) define tecnologia da informação como o conjunto convergente de tecnologias, onde se encontram contempladas a microeletrônica, computação (software e hardware) telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica e até mesmo engenharia genética.

Diferentemente da revolução industrial que ocorreu na Inglaterra, a revolução da informação se concentrou geograficamente nos Estados Unidos, mais especificamente no Estado da Califórnia, onde se desenvolveu o Vale do Silício, o qual se consolidou como a sua fonte tecnológica de maior prestígio e relevância.

Foi justamente neste espaço geográfico californiano que se deu o desenvolvimento de diversas tecnologias como: o microcomputador e o microprocessador. O primeiro microcomputador foi inventado em 1975, enquanto que o primeiro computador eletrônico industrial foi desenvolvido na segunda metade da década de 1970, bem como o computador digital, comercializado inicialmente em 1977. A produção industrial da fibra ótica também foi desenvolvida no Vale do Silício nos primeiros anos da década de 1970. Diante destas novas tecnologias foram criados novos paradigmas de produção e consumo, promovendo significativas modificações no curso do capitalismo contemporâneo.

O sucesso obtido pelo Vale do Silício fora resultado de uma reunião de fatores como: o grande esforço exercido para que novos conhecimentos tecnológicos fossem gerados e desenvolvidos; por uma grande reunião de talentosos engenheiros e cientistas dos principais centros de excelência especializados em tecnologia da informação; dos robustos fundos oriundos de um mercado garantido e do departamento de defesa norte-americano e na fase inicial a importante e competente liderança da Universidade de Stanford (CASTELLS, 2002).

Foi exatamente neste contexto que o mundo assistiu ao surgimento de uma nova forma de organização da produção, conhecida como *acumulação flexível*, calcada em uma lógica pragmática, onde o elemento preponderante era a minimização de custos e a maximização de lucros. O desenvolvimento de novas tecnologias se mostrava imprescindível a esta nova e embrionária forma capitalista de organização da produção.

## **5. O trabalhador coletivo no ambiente da acumulação flexível**

Para Harvey (1992) o regime de *acumulação flexível* foi fruto da necessidade do capital em responder a falência de uma transparente rigidez presente quando o mundo assistia a hegemonia do *fordismo*. No cerne desta nova forma de organização da produção estava contemplada uma maior flexibilidade dos processos de trabalho, fazendo emergir novos produtos e novas formas e padrões de consumo.

Dentro deste novo ambiente que se estabelecia surgiam setores de produção jamais vistos e alterações na esfera financeira da economia (CHESNAIS, 1992). Novos mercados eram gerados diante da intensificação do processo de globalização, que teve participação decisiva da revolução da informação ao transformar o mundo em uma aldeia global e possibilitar a ocorrência de intensos movimentos de inovação nos campos do comércio, tecnologia e organização.

Calcado nestas mudanças ocorridas no sistema capitalista de final de século observava-se uma dispersão do *trabalhador coletivo*. O capital passa a desfrutar da possibilidade de fixar os seus órgãos em um mesmo local ou locais completamente distantes (GONÇALVES, 1999).

As grandes corporações passam a fixar a cabeça do *trabalhador coletivo*, ou seja, os trabalhadores alocados em seus centros de pesquisa, nos países desenvolvidos providos de um grande reservatório de mão-de-obra qualificada, optando por instalar os seus braços em países onde existe um grande exército industrial de reserva e uma grande quantidade de mão-de-obra desqualificada disponível, dado o seu baixo custo<sup>9</sup>.

Os membros do *trabalhador coletivo* podem estar situados em diversas economias periféricas. O capital como forma de maximizar seus lucros, minimizando custos, desenvolve técnicas de gestão da produção e de logística que permitem que um produto seja montado por etapas, percorrendo e desfrutando das melhores oportunidades em cada um dos países integrantes de sua linha de montagem.

O projeto de um automóvel pode ser desenvolvido na zona orgânica do capitalismo (ARRIGUI, 1998), fruto da atuação de um grupo de engenheiros talentosos e qualificados que estão inseridos na cabeça do *trabalhador coletivo*, sendo a execução deste projeto efetuada em fábricas localizadas em regiões semi-periféricas onde operários trabalham na montagem de

---

<sup>9</sup> Em países como a China, que aparece como a grande coqueluche do capitalismo contemporâneo, um operário recebe US\$0,25 por hora trabalhada, enquanto que nos países desenvolvidos este valor é muito maior.

componentes confeccionados nos países desenvolvidos, configurando assim, os braços do *trabalhador coletivo*<sup>10</sup>.

Como conseqüências destas transformações manifestaram-se com grande velocidade alterações nos padrões de desenvolvimento econômico entre os países, bem como entre setores da economia e regiões (IANNI, 1996).

O capital ao assumir uma postura de maior flexibilidade guiada pela lógica do pragmatismo, construiu e inaugurou grandes complexos industriais em espaços anteriormente considerados inadequados, como a “Terceira Itália”, a região de Flandres, os diversos Vales como o do Silício, realizando grandes atividades em países que tinham pouco tempo que haviam dado início ao processo de industrialização de suas economias (HARVEY, 1992).

No seio dessa maior flexibilidade e mobilidade característica desta nova forma de organizar a produção que surgia e se desenvolvia em um período do capitalismo onde as taxas de desemprego encontravam-se ascendentes<sup>11</sup>, a força de trabalho presenciava os seus direitos arduamente conquistados sofrer grande revés diante de um quadro de extrema transformação (GORZ, 1987).

O trabalho organizado perdia a sua força diante do avanço do regime de *acumulação flexível* nas regiões situadas em países desenvolvidos, fruto das elevadas taxas de desemprego e da grande alteração na *composição orgânica do capital*, assim como, em regiões recém industrializadas onde o capitalismo se infiltrou de forma mais intensa. Estes fatores combinados acabavam por promover um retrocesso sem precedentes no poder sindical e conseqüentemente nos reajustes salariais dos trabalhadores (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey (1992, p.143):

*O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do*

---

<sup>10</sup> Giovanni Arrighi (1998) dividiu o mundo em três zonas: na primeira chamada de jurisdição periférica, as regiões se caracterizam pelo desenvolvimento de atividades neuro-musculares, enquanto que na segunda, denominada semiperiférica são realizadas atividades industriais que se caracterizam por uma imensa dependência econômica e tecnológica das economias dos países desenvolvidos. Na terceira e última zona, a orgânica, se desenvolvem as atividades cerebrais. Estas demandam um processo de constante inovação.

<sup>11</sup> Na segunda metade da década de 1970 o desemprego nos países desenvolvidos obteve um crescimento vertiginoso. Nos Estados Unidos no período de 1974/76 o desemprego oscilou entre 5,5% e 7,6%, enquanto que entre 1979//85 observou-se uma taxa de 10%. Verificou-se o mesmo movimento para a Europa nos anos de 1978, 1984 e 1988, onde a taxa de desemprego alcança, respectivamente, 7,0%, 11% e 10%.

*aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis.*

Para Antunes (2005b) a classe trabalhadora hoje compreende não somente os trabalhadores manuais diretos, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força trabalho como mercadoria em troca de salário.

A classe trabalhadora então incluiria aqueles indivíduos que vendem a sua força de trabalho em troca de salários como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado.

A fragmentação do *trabalhador coletivo* fazia com que o trabalhador aos poucos fosse perdendo o sentido de classe, sendo atraído a obter uma postura de exacerbação de sua individualidade o que acabava prejudicando-o, endossando e fortalecendo o poder de negociação do capital para com a força de trabalho.

Tamanha a flexibilidade de alguns trabalhos que não é de estranhar um cenário onde muitas vezes o colaborador se comunique com o seu gerente quase que integralmente por e-mail e nem mesmo possua um escritório que seja comum aos dois para discutir as suas tarefas. Em algumas situações dois trabalhadores interagem diariamente para tratar de negócios relacionados ao trabalho sem nunca terem se conhecido pessoalmente. Suas conversas se limitam a assuntos relacionados única e exclusivamente aos seus afazeres profissionais. Cada qual negocia individualmente reajustes salariais nas unidades da empresa em que trabalham configurando a existência de um quadro de privatização das necessidades coletivas e da seguridade social (HARVEY, 1992).

Diante deste novo mundo que se delineava André Gorz (1987) conferiu ao trabalho um valor em vias de desaparecimento, defendendo a idéia de descentralização e mesmo da desconstrução da categoria trabalho, acarretando a idéia do fim das possibilidades das ações humanas desencadeadas a partir do trabalho social.

Segundo Antunes (2005b) diante do capitalismo que respira a acumulação flexível observa-se um processo interativo entre trabalho vivo e

trabalho morto, sob a égide de um espaço de tempo ditado pelo ritmo cada vez mais informacional e intensificado.

Diante de um novo paradigma surgem práticas administrativas como a liofilização organizacional que promovem basicamente a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto, pela substituição crescente de parcelas de trabalhadores manuais pelo maquinário técnico-científico, pela ampliação da exploração subjetiva do trabalho, bem como pela ampliação generalizada dos novos trabalhadores precarizados e terceirizados da “era da empresa enxuta” (ANTUNES, 2005b).

## 6. Conclusões

A evolução do *trabalhador coletivo* acontece em paralelo com as transformações ocorridas no modo de produção capitalista. Diante da cooperação, a figura do *trabalhador coletivo*, caracterizava-se por uma reunião de trabalhadores em um mesmo local com a noção completa de todo o processo de produção, onde era gerada uma força maior do que se todos os trabalhadores estivessem trabalhando separados. Com o cérebro e as mãos trabalhando em conjunto e dentro de uma intensa simbiose, na criação e execução das tarefas, o trabalhador caracteriza-se pela completude.

Envolto no ambiente da *manufatura*, o trabalhador presencia à dissociação de suas tarefas em um ambiente de divisão social do trabalho que promove ao trabalhador uma visão parcial da produção de uma determinada mercadoria. O cérebro e as mãos passam a funcionar como uma unidade de contrários, proporcionando ao *trabalhador coletivo* uma organização mais simples e fracionada, que rende ao capital maior lucro.

No contexto da *maquinaria*, presencia-se novamente uma alteração na estrutura do *trabalhador coletivo*. A grande perfeição e velocidade com que as máquinas conseguem desempenhar determinadas atividades, quando associadas ao trabalho humano, acabam por promover a hipertrofia dos músculos do *trabalhador coletivo*, elevando à qualidade das atividades desempenhadas pelo capital e, conseqüentemente, promovendo uma expansão na obtenção de mais-valia.

Mergulhado no processo de produção *fordista*, responsável pela modelagem de um cenário onde o capitalismo presencia a produção em massa, primando pela confecção de um produto uniforme e padronizado, o trabalhador passa a incorporar um alto grau de especialização, objetivando assim, a realização com primazia de um determinado movimento que de tão repetitivo acaba por elevar a produtividade do trabalho.

A análise da situação vivenciada pelas partes que compõem o *trabalhador coletivo*, ou seja, da força de trabalho, revela uma grande melhoria na qualidade de vida do trabalhador, durante os anos gloriosos do capitalismo, graças ao fortalecimento dos sindicatos nos países centrais e o avanço na seguridade social obtida por parte da classe trabalhadora.

Durante o tempo em que esta nova forma de organização da produção demonstrava intenso vigor, modela-se uma grande rigidez nos processos produtivos, assim como, na estrutura do *trabalhador coletivo*, o qual se caracteriza por manter sua cabeça e seus braços geograficamente próximos.

Somente com a transição do regime *fordista* para o de *acumulação flexível*, dada a grande transformação vivenciada pelo sistema capitalista mundial, após a deflagração da crise da convertibilidade do dólar, do primeiro choque do petróleo e do surgimento da estaginflação, inicia-se a desfragmentação espacial do *trabalhador coletivo*, possibilitando a separação de sua cabeça dos seus membros para regiões geograficamente distantes. A revolução da informação surge para “diminuir” as distâncias entre regiões, países e continentes, promovendo a intensificação do processo de globalização, fazendo emergir, novos paradigmas ao mundo do trabalho.

Verifica-se diante de um modo de produzir mais flexível, o enfraquecimento e dissolução dos sindicatos, bem como um grande retrocesso nas conquistas obtidas pelos trabalhadores, moldando um cenário onde o emprego tem se tornado escasso e as pessoas passam a cultivar um individualismo exacerbado. A perda deste sentido de classe inicialmente enfraquece as possibilidades do trabalhador de reconquistar os seus direitos, fortalece o poder de negociação do capital, inclinado, mais do que nunca, à reprodução indefinida em velocidade sem precedentes na história, mas simultaneamente cria o espectro que se pode designar, experimentalmente, *trabalhador global*.

Esse *trabalhador global*, que existe em um sistema em transição, ainda não apresenta contornos claros do seu perfil, mas cedo ou tarde descobrirá formas de organização condizente com o seu estatuto e encontrará formas de luta compatíveis com os instrumentos disponíveis no planeta. Muitas dessas formas já se estão insinuando através da mediada “net”, que mobiliza a opinião pública e pode fazer pressão sobre o capital.

### **Referências Bibliográficas**

- ANDERSON, Perry. **Considerações Sobre o Marxismo Ocidental**. 3ª ed. Porto: Afrontamento, 1976.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005a.
- ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e a sua Concha – ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- ARRIGHI, Giovanni. **A Ilusão do Desenvolvimento**. 4 ed. Trad. Sandra Vasconcelos. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo**. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 2005.
- BOTELHO, Adriano. **Do Fordismo à Produção Flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital**. Dissertação de mestrado em geografia humana. São Paulo: USP, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHESNAIS, François. A Globalização e o Curso do Capitalismo de Fim-de-Século. **In: Revista do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas**. Semestral, nº 1, ago.1992.
- FUSFELD, Daniel R. **A Era do Economista**. Trad. Fábio D. Waltenberg. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GORZ, André. **Adeus ao Proletariado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1987.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos – o breve século XX: 1914 –1991**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LARANJEIRA, Sonia M.G “Fordismo e Pós-fordismo”, IN: Cattani, Antônio David (org), **Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico** – Petrópolis:vozes; Porto Alegre: Ed. Universitária, 1997.
- MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo. De onde vem, para onde vai**. São Paulo: Senac, 2001.

- MARX, Karl. **O Capital-crítica da economia política**. Livro I. vol. 1. 22ªed. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2004.
- MARX, Karl. **O Capital-crítica da economia política**. Livro I. vol. 2. 22ªed. Trad. Reginaldo Santana. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2004.
- RIBEIRO, Elivan Rosas. **Globalização, Competitividade e Crises**. 2.ed. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.
- RIFIKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: o contínuo crescimento do desemprego no mundo**. 1ª ed. São Paulo: Makron Books, 2004.